

NOTA DE REPÚDIO E EXIGÊNCIA DE PROVIDÊNCIAS URGENTES DO PODER PÚBLICO

Fogo Criminoso e Omissão do Estado: Quilombo Açude (MA) tem roças queimadas pelo sexto ano seguido e exige justiça

Ataques incendiários sistemáticos ameaçam a segurança alimentar e a integridade do Território Quilombola de Açude no Município de Serrano no estado Maranhão

O Movimento Quilombola do Maranhão MOQUIBOM e Comissão Pastoral da Terra (CPT-MA) vem a público denunciar a continuidade dos ataques criminosos contra suas comunidades do Território Quilombola de Açude, localizado no município de Serrano no Maranhão, Pelo sexto ano consecutivo, desde 2019, assistimos à destruição de nossas fontes de sustento através de incêndios deliberados em nossas roças.

Esses atos de terrorismo não são incidentes isolados; configuram uma estratégia sistemática para destruir a soberania alimentar das famílias quilombolas e minar a estabilidade do território. O que antes era a queima de roças prontas para a colheita, agora escalou para uma crueldade ainda maior: neste ano, os criminosos atearam fogo aos roçados ainda verdes.

A recente ação criminosa não apenas destrói o trabalho de meses e compromete a alimentação futura, mas também coloca em risco iminente as moradias das famílias e a vida dos animais, demonstrando um total desprezo pela vida humana além de cometer um crime ambiental.

A repetição desses crimes evidencia a falha grave do Estado em proteger os territórios ancestrais. Apesar dos reiterados Boletins de Ocorrência registrados junto às autoridades competentes, a resposta tem sido a inércia. A omissão do Poder Público, da Secretaria de Segurança Pública e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) alimenta a impunidade que encoraja os perpetradores a reincidirem em suas práticas violentas.

Diante do exposto, EXIGIMOS das autoridades competentes:

- Investigação imediata dos incêndios criminosos, com a responsabilização judicial dos autores e mandantes.
- Medidas protetivas efetivas e permanentes para garantir a segurança física das famílias quilombolas do Território de Açude e a integridade de suas propriedades.

- Ação proativa do INCRA no cumprimento de suas obrigações legais para a regularização fundiária do território, fator essencial para a resolução dos conflitos na região.

A violência contra os povos não podem ser naturalizadas, a proteção dos territórios quilombolas é um dever constitucional.

CHEGA DE IMPUNIDADE! JUSTIÇA PARA O QUILOMBO AÇUDE!

São Luís, 12 de Setembro de 2025

